

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MORADIA DE RISCO

A EXPERIÊNCIA DE JUIZ DE FORA (MG)

MARIA AUXILIADORA RAMOS VARGAS

RESUMO *A problemática da moradia de risco tem ganhado ênfase no debate contemporâneo sobre políticas públicas urbanas. As diversas iniciativas observadas se enquadram, de maneira geral, na perspectiva objetivista do risco, que traz como principal decorrência a demanda pela mensuração e quantificação do fenômeno. Resulta daí uma visão técnica do risco que se apresenta dominante, e que promove não só a noção de que as situações precárias envolvendo grupos específicos são decorrentes de decisões imprevidentes, como também intervenções de remoção que afetam as condições de vida desses grupos. Problematicando esse argumento, a literatura sociológica da construção social do risco sustenta que este é objeto de uma elaboração socialmente diferenciada. Utilizando-se da análise das trajetórias de moradia de famílias removidas de áreas condenadas tecnicamente no município de Juiz de Fora (MG), este artigo aponta discursos e práticas que conformam a resistência da população à noção técnica dominante do risco.*

PALAVRAS - CHAVE *Construção social do risco; desigualdade ambiental; periferia urbana.*

No debate sobre risco, têm prevalecido tendências objetivistas associadas à busca de quantificação e prescrição de intervenções preventivas ou compensatórias. A perspectiva da “construção social do risco” apresenta-se, por sua vez, no debate sociológico atual, como uma vertente que problematiza essa visão dominante. Sustenta que o risco não pode ser tratado com base em uma visão técnica e objetiva, mas é categoria objeto de construção por grupos sociais diferenciados. Buscaremos evidenciar aqui os contrapontos existentes entre a percepção de técnicos e leigos, tendo por pressuposto que os sujeitos têm percepções diferentes de um mesmo “perigo”, e que os saberes diferem, em sua origem e construção, entre conhecimento técnico e saber leigo.

Esse debate carece, por certo, de pesquisas que revelem a associação entre “risco” e “desigualdade”, numa perspectiva que evidencie os atores sociais presentes num cenário atravessado por conflitos, e que incorpore analiticamente a diversidade social na construção do risco, assim como a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos riscos. Interessa, pois, considerar a noção de “desigualdade ambiental” (Torres, 1997, p.26), compreendida em sua associação com outras formas de desigualdade presentes na sociedade, como as de raça, sexo e grupos de renda.

Características do mercado de terras, por exemplo, fazem com que áreas de risco (próximas a lixões, sujeitas a inundações e desmoronamentos etc.) sejam as únicas acessíveis a grupos de renda mais baixa, que acabam por construir nesses locais domicílios em condições precárias, além de enfrentar outros problemas sanitários e nutricionais. Essa cumulatividade de riscos socioeconômicos e ambientais implica grande desafio do ponto de vista das políti-

cas públicas que, na maior parte das vezes, tendem a ser compartimentalizadas segundo áreas de intervenção setorial. (Torres, 2000, p.70).

Assim, os indivíduos são postos em condições desiguais do ponto de vista ambiental porque são desiguais em outros planos, pois, como afirma Torres, sociologicamente a idéia de desigualdade implica o sentido de sobreposição ou exposição simultânea a mais de uma forma de desigualdade num processo cumulativo e circular. Porém, mais do que isso, destacaremos que essa desigualdade é social e ambiental, mas também de poder simbólico – de capacidade de enunciar e definir coisas, dizer o que e como elas são (Bourdieu, 2005). O objetivo do presente artigo é o de situar as controvérsias sobre “risco” como parte da luta entre representações, entendendo o processo de vulnerabilização dos sujeitos que menos se fazem ouvir nas arenas públicas.

A base empírica do presente trabalho é composta pelos depoimentos de oito demandatários cujas solicitações foram registradas no então Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Juiz de Fora (DDC/PJF), em situações e períodos diferenciados. Em sua maioria, as solicitações reclamavam atendimento de emergência, envolvendo ocorrências como deslizamentos de encosta, desabamento (ou ameaça) parcial ou total de edificação e inundação. Os casos foram selecionados com base em pesquisa documental, considerando-se informações relevantes já registradas institucionalmente acerca dos eventos apontando para situações de vulnerabilização e diagnóstico de risco. Apesar da tentativa que fizemos de abordar a unidade familiar toda – entendendo que a memória de uma trajetória é pessoal, mas também social, familiar e grupal –, as entrevistas contemplaram apenas um representante de cada família (em sete casos, mulheres) por diversos fatores atinentes tanto à procura pelos depoentes como ao momento específico das entrevistas.¹

Cabe assinalar preliminarmente, porém, que não se deve confundir a abordagem da construção social do risco aqui privilegiada com uma defesa romantizada das condições precárias das moradias de risco. Tampouco se quer incorrer, como alerta Guivant (1998, p.31), numa banalização dos conhecimentos peritos, polarizando as duas formas respectivas de saber. A idéia de construção social do ambiente e do risco opõe-se, com efeito, aos mecanismos de naturalização deles. Não se pretende, portanto, desconsiderar a dimensão concreta dos desastres, mas considerar a necessária reflexão acerca do seu “ambiente”, que não está dado, mas é produto de uma construção social e histórica.

RISCO: O DISCURSO DOS PERITOS

É lugar-comum mencionar a multiplicidade de riscos a que estamos diariamente expostos. Outro lugar-comum é definir a exposição a riscos em geral como algo inerente à condição humana. No entanto, enquanto alguns riscos são facilmente caracterizados pela experiência cotidiana ou pela aquisição de informações diversas, outros são adquiridos somente com a adoção de procedimentos científicos e complexos.

Foi especialmente a partir dos anos 60 que estudos técnicos sobre riscos, de caráter quantitativo, desenvolveram-se em várias disciplinas, como toxicologia, epidemiologia, psicologia e engenharia (Guivant, 2000, p.285). O risco foi considerado, com base nessa abordagem técnico-quantitativa, um evento adverso, uma atividade ou uma configuração física com determinadas probabilidades objetivas de provocar danos e que pode ser estimado através de cálculos de níveis de aceitabilidade, estabelecendo-se *standards* por meio

¹ Procurou-se considerar a diversidade dos denominados Setores Urbanos do município de Juiz de Fora com relação à localização das avaliações de risco – oito bairros distribuídos por cinco dos oito Setores, a saber: Marumbi (Leste), Graminha (Sul), Progresso (Leste), Poço Rico (Centro), Ladeira (Leste), Três Moinhos (Leste), Ponte Preta (Noroeste) e Granjas Bethânia (Nordeste). A Região Administrativa Leste concentra 76 das 146 remoções ocorridas nos anos de 2002, 2003 e 2004 (mais de 50%), acompanhadas pelo poder público municipal; por isso sua forte presença na referida pesquisa.

de métodos diversos. Expressa-se, assim, uma forte demanda por quantificação, mensuração, calculabilidade, com vistas ao controle dos respectivos fenômenos. Nessa perspectiva:

Os leigos tendem a ser identificados como receptores passivos de estímulos independentes, percebendo os riscos de forma não-científica, pobremente informada e irracional. Estima-se que os riscos percebidos pelos leigos não necessariamente correspondem aos riscos reais, analisados e calculados pela ciência. (Guivant, 2000, p.286.)

Nos anos 70 e 80, surgiram críticas, fundamentadas na falta de dados científicos quantitativos suficientes, que provocaram divergências de interpretação das evidências e incertezas nos resultados. Nas Ciências Sociais, a chamada teoria cultural do risco, formulada a partir da contribuição de Mary Douglas, dá ênfase ao caráter cultural das definições de risco, o que pode levar à diluição da diferença de autoridade entre leigos e peritos e ao reconhecimento da pluralidade de atores sociais com racionalidades específicas nas formas de lidar com os referidos eventos. O discurso dos peritos será então objeto de pesquisas específicas, como a realizada por Grizendi (2003), através da observação de depoimentos de engenheiros civis – técnicos do então DDCJF² –, colhidos em entrevistas semi-estruturadas.

Quando se trata de mensurar e prever riscos, não há como garantir que os cálculos probabilísticos vão assegurar a medição de sua gravidade. Esse é um dos motivos pelos quais a abordagem técnico-quantitativa (característica predominante no “campo científico” da engenharia) é criticada. No entanto, a pesquisa de Grizendi mostra que o engenheiro busca essa certeza científica no seu exercício profissional; e a ausência de equipamentos e instrumentos que possibilitem exercer essa competência científica o deixa em condição vulnerável. No enfrentamento dessa “condição vulnerável”, o profissional busca aproximar sua avaliação técnica o mais possível daquela considerada científica. Contudo, por não contar com os instrumentos tecnicamente exigidos, essa aproximação nem sempre é alcançada e o profissional tem que tomar decisões, ainda que com base em “recursos precários”. Eles argumentam utilizar o “bom senso” e a “intuição (*feeling*, conhecimento intuitivo), adquiridos por meio da experiência com situações de risco, na orientação de suas decisões.³

Considerando essa condição vulnerável do técnico, percebe-se que as diversas situações encontradas nas vistorias não podem ser avaliadas apenas com base em critérios técnicos – das noções inculcadas pelo *habitus* profissional⁴ –, pois a população vivencia condições de vulnerabilidade socioeconômica que estabelecem outros níveis de exigência e atenção.

O enfrentamento dessas situações “diferenciadas” em relação à formação do técnico leva-os a encaminhá-las para outros profissionais e setores; isso é feito para que ele não fuja de seu propósito, ou seja, o de proceder à avaliação técnica para a qual foi preparado. Com efeito, as abordagens acerca dos desastres encontram-se, via de regra, ainda fortemente atreladas a fenômenos climáticos específicos, negligenciando-se as suas causas socioespaciais e dificultando o enfrentamento das emergências. Revela-se uma “incompreensão mútua” (Valencio et al., 2003, p.229) entre atendente e atendido em desastres, uma vez que esse formato convencionalmente adotado mostra-se distante não só da compreensão do que é produzido socialmente em termos de configuração territorial, mas também da percepção social da população acerca dos riscos e ameaças. Essas limitações contribuem para a manutenção dos quadros de vulnerabilidade, uma vez que

2 Grizendi (2003, p.7) esclarece que “no procedimento adotado para tratar das situações de risco, no âmbito do Departamento de Defesa Civil de Juiz de Fora, a primeira verificação ‘em campo’ da existência da ocorrência e sua gravidade cabe ao Setor de Prevenção e Operações – de competência da Engenharia. Os engenheiros atendem a solicitações em diversos pontos da cidade ... Mas o risco nem sempre é facilmente identificado e mensurado. Mesmo entre os técnicos, nem sempre há uma clara caracterização da situação de risco em termos dos níveis de susceptibilidade”. Afirma ainda a autora que “uma avaliação equivocada pode trazer como conseqüências não somente o comprometimento da vida das pessoas, mas do próprio exercício profissional”.

3 Apesar de haver uma busca pela referência científica e a consciência de sua necessidade (análises baseadas em sondagens do solo, levantamentos pedológicos, hidrológicos, verificação das patologias construtivas das edificações e obras de contenção, entre outros), os técnicos revelam produzir seus diagnósticos constantemente pressionados pela ausência da sustentação tecnológica necessária (instrumentos tecnicamente exigidos) e da retaguarda do poder público para o atendimento às situações de risco nos quadros de vulnerabilidade social. Segundo a visão de um dos engenheiros entrevistados por Grizendi: “Na maior parte dos casos a gente realmente recorre a tentar traduzir em termos mecânicos, físicos e mecânicos, a situação que a gente encontra, ou seja, a gravidade dos casos. A gente tenta, na maior parte dos casos, reduzir isso a um problema de mecânica, ou de mecânica dos solos, ou hidráulica, ou de eletricidade, se for o caso, e, então, [dá] um tratamento o mais perto possível de uma coisa científica ... Nós não temos recurso científico nenhum para fazer medições, para fazer acompanhamentos, além do que, nós, na maior parte dos casos en-

contramos situações em que os fatos [estão] consumados e a possibilidade de intervenção é muito pequena. Eu quero dizer o seguinte: encontramos, por exemplo, peças de concreto armado executadas de forma que os parâmetros que determinam a resistência dessas peças... eles não podem ser avaliados por nós segundo nenhum critério objetivo. Dizer simplesmente... visual e na base do *feeling* então... o atendimento é muito nessa linha (Engenheiro 1)" (2003, p.31). Essa análise é complementada por um segundo entrevistado: "Então quando a gente chega no local, procura vivenciar aquele momento ali, *conversar com as pessoas, saber o histórico, o que aconteceu, procurar verificar o entorno daquela situação. É muito difícil, sob as condições em que a gente trabalha...* porque, às vezes, a gente chega no local, de madrugada, à noite, então a gente não tem condições de verificar o risco como à luz do dia. *Então você tem que fazer uma avaliação muito precária naquele momento e, muitas vezes, pelas condições de bom senso, você retira aquelas pessoas daquele local, contando com a participação dos vizinhos, dos moradores, quer dizer, então uma situação de risco, de emergência, é sempre assim, uma condição de insegurança para a gente também, porque a nossa condição de julgamento é muito falível, então eu me sinto dessa forma, eu não me sinto seguro não. Às vezes, no local, eu procuro me apoiar em questões ou em pessoas que possam me dar um retorno daquelas dúvidas que eu tenho, para poder tomar uma decisão...*" (Engenheiro 3) (Grizendi, 2003, p.32, grifos meus).

4 A importância do *habitus* no exercício profissional pode ser compreendida da seguinte forma: "Não se pode pois, tanto como em outros domínios, confiar nos automatismos de pensamento ou nos automatismos que suprem o pensamento ... ou ainda nos códigos de observação, boa conduta científica – métodos, protocolos

as intervenções buscam apenas "ajustamento social, rápido, inquestionável, às condições físico-naturais limitantes" (Valencio et al., 2003), o que reduz a condução para soluções que sejam estruturais.

É preciso buscar as outras dimensões do problema, o que demandaria reconhecer as limitações da visão hegemônica sobre desastres. Das dimensões interventivas atribuídas normativamente à Defesa Civil – quais sejam, a ação preventiva, o socorro, a assistência e a recuperação –, o socorro é o mais facilmente identificável em sua atuação, "havendo limitações políticas, técnicas e operacionais para atuar nas pontas, o que seria ainda mais imperativo em razão do crescimento da vulnerabilidade humana" (Valencio et al., 2003).

Considerando as limitações citadas, inclusive as de ordem institucional identificadas no âmbito da gestão de desastres, cabe perguntar: como essa vulnerabilidade da população é traduzida pelo técnico? A "necessidade" (privações vivenciadas pela população) é a primeira coisa que o técnico identifica e esse aspecto se mostra, nas representações sobre o risco, como motivo de maior preocupação do que as chamadas "situações de risco" avaliadas tecnicamente. No entanto, as opiniões dos técnicos sobre essa vivência da vulnerabilidade pela população não expressa uma homogeneidade de pensamento no grupo, como aponta ainda Grizendi, pois aspectos valorativos interferem na interpretação das situações.

Grizendi (2003) buscou identificar essas representações e apontou quatro dimensões, a saber: os fatores que os técnicos consideraram que poderiam levar os sujeitos a vivenciar o risco, as representações relacionadas com a interpretação do comportamento da população atendida (atitudes e práticas de enfrentamento dos riscos), o posicionamento dos técnicos quanto à demanda apresentada pelos moradores durante as vistorias, e, por fim, as representações referentes à vulnerabilidade de técnicos e da população diante da ausência de retaguarda do poder público para um efetivo atendimento à população.

As situações de risco-vulnerabilidade são, na visão dos técnicos, decorrentes tanto de fatores mais contextuais, produto do quadro sociopolítico do País, como também da própria conduta do indivíduo diante das situações de risco. Segundo Grizendi, recorre-se a:

... um tipo de argumento que responsabiliza o morador, na medida em que este executa as obras sem orientação adequada, ocupa áreas de proteção ambiental, utiliza materiais não apropriados e outras práticas recorrentes. O discurso aqui se inverte. Da condição de não-assistido, o morador passa à condição de culpado. Nesse caso, os fatores de risco estariam relacionados à falta de educação dos moradores, como se houvesse uma falha na formação moral das pessoas atendidas. Nesse caso, os técnicos assumem uma posição de que os moradores carecem de informação, de educação e, assim, propõem que eles sejam educados e esclarecidos. (2003, p.56.)⁵

Neste ponto cabe fazer uma ressalva à questão do poder/saber que o perito porta respaldado pela ciência e que se confronta com as práticas e juízos da população. Tal tipo de poder reside na capacidade que certas profissões têm, no âmbito da estrutura estatal e das competências do técnico, de instalar novas ordens sociais na cidade.

Em nossas sociedades, "a economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para o poder político); é

objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as “lutas ideológicas”). (Foucault, 2004.)

O discurso dos peritos é, pois, um fenômeno pertinente ao regime moderno de produção de verdades. Os técnicos apontarão a presença de condutas ativas ou passivas dos indivíduos diante do problema do risco, valorizando as primeiras e criticando as práticas que resultam do que consideram desconhecimento, desinformação ou condutas equivocadas. Grizendi afirma então que:

O confronto dos relatos dos técnicos e dos moradores entrevistados e a análise dos Boletins de Ocorrência revelou que as representações sociais vêm sendo construídas por esses dois grupos numa relação dialética de negação e afirmação do risco. A análise do conteúdo representacional dos enunciados de ambos revelou uma estreita relação entre as situações de risco e as condições de vulnerabilidade socioeconômica: tanto as situações de risco podem conduzir os indivíduos a viverem em condições vulneráveis, quanto a vulnerabilidade socioeconômica pode levá-los a vivenciar situações de risco, numa dinâmica de circularidade. (2003, p.74.)

Há, por outro lado, uma circulação das representações sociais entre os dois grupos pesquisados, tendo sido possível identificar a presença de elementos das representações sociais dos técnicos nos discursos dos moradores e vice-versa. Porém, essa circulação de referências não significa uma comunicação bem-sucedida e nem que os grupos compartilhem as mesmas representações. Veremos a seguir como os atingidos por políticas de remoção fundadas em situações de risco constroem um contradiscurso fundamentado na legitimidade de sua permanência.

A NARRATIVA DOS MORADORES

Em noite de chuva eu sentava, cobria as pernas com cobertor e ficava esperando o barulho. Porque ninguém acredita, mas quando um barranco cai, não sei o que é, mas ele “rusna” que nem bicho. (Maria Camélia – Progresso)⁶

Na análise das representações dos entrevistados submetidos a processos de remoção, observaremos que a recategorização do que é risco associa-se aos esforços de permanência no lugar para os fins de garantia da posse e dos ativos sociais, configurando uma resistência à noção técnica dominante do risco. As narrativas apontam inicialmente para a presença de um conhecimento acumulado pela população ao longo de suas trajetórias, oriundo da experiência pessoal, que se confronta e resiste à noção técnica de risco. A resistência aqui poderia ser caracterizada por formas particulares e difusas de reagir ao discurso técnico, que quase sempre resulta na expulsão, sem outras garantias de acesso ao espaço urbano e à moradia própria. Essas formas de conhecimento “híbridas” ou não propriamente codificadas, representadas pelas práticas de grupos sociais específicos, se confrontam

de observação etc. – que constituem o direito dos campos científicos mais codificados. Deve-se pois contar sobretudo, para se obterem práticas adequadas, com os esquemas incorporados do *habitus*” (Bourdieu apud Grizendi, 2003, p.29).

5 Em estudo denominado “Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos”, realizado por Guivant (2000, p.283), encontramos a afirmação de que os parâmetros estabelecidos cientificamente servem, em muitos casos, para acabar atribuindo a culpa dos problemas de contaminação ou intoxicação não aos cientistas, ao Estado ou às empresas, mas aos próprios agricultores, que estariam utilizando de forma inadequada o insumo, por falta de conhecimento, por negligência ou por irracionalidade, ocasionando acidentes. Esse argumento é o outro lado do consenso científico sobre os riscos, que encontra um terreno propício para ser aceito na alta divisão do trabalho, entre pesquisa, produção, difusão, venda e uso de agrotóxicos, o que provoca a diluição social dos efeitos, sem que a responsabilidade pelos problemas seja assumida por alguém mais que os agricultores.

6 Para preservar os entrevistados, omitimos seus nomes verdadeiros, bem como seus endereços. Os bairros informados, entretanto, correspondem aos lugares de origem dos moradores ou àqueles em que eles tiveram suas respectivas experiências de contato com o “risco” e/ou remoções.

com os modelos dos quais se utiliza a ciência moderna na tentativa de explicar os fenômenos e codificá-los, modelos de conhecimento esses que se tornam instrumentos de poder quando se impõem como o saber legítimo.



Figura 1 – Alto dos Três Moinhos. Juiz de Fora, janeiro de 2003. Fonte: DDC/PJF.

... dois dias antes [do deslizamento de terra] nós tinha visto uma rachadura na nossa varanda, e eu ainda brinquei com meu marido: “por que rachou se você arrumou?”. Ele falou: “ah! deve ser por causa de ficar pisando aqui ... as crianças ficam passando, brincando aqui”. Mas ele foi, arrumou, fez escora, fez tipo um muro de *rip-rap* por baixo da varanda. Aí aconteceu de começar a chover e quando a gente pensa que não, e ele chegou lá fora e disse: “lá fora rachou, tem uma rachadura enorme lá fora. Eu arrumei, mas não sei o que aconteceu não”. Então, já deveria estar rachando lá de baixo até em cima, porque não ia começar de cima, né? Já devia estar vindo lá de baixo. Eu disse pra ele não preocupar, pra arrumar no dia seguinte. (Simone Rodrigues – Graminha.)

A aceitação de um diagnóstico técnico que aponte para uma remoção definitiva é quase sempre dificultada pela ausência de alternativas – num contexto de superposição de carências – e ainda mais quando é feito com base na probabilidade de ocorrência futura do problema,⁷ sem que algo de concreto, visível, palpável tenha ocorrido “aos olhos” do sujeito, o que se caracterizaria, no discurso técnico, como uma “iniciativa preventiva”. Esta foi a experiência relatada por Inês Helena Silva Inácio:

7 Vale recordar o tempo de ocupação que cada um dos entrevistados teve nas respectivas áreas denominadas “de risco”: Aline Cordeiro, 20 anos; Simone Maria Rodrigues, 10 anos; Maria Camélia Inês Souza, 12 anos; Márcia de Oliveira, 5 anos; Matias Machado Farias, aproximadamente 20 anos; Inês Helena Silva Inácio, 11 anos; Siléia Assis de Jesus, 3 anos; e Maria Tavares Davi, 4 anos.

... eles disseram que minha casa não tinha tanto perigo, daí nós ficamos lá. Depois eles iam sempre lá e olhavam pra ver como é que tava. E disseram que eu tinha que sair: era eu, o Luís, a Inês e a dona Marilsa. Aí disseram que nós teria que sair dali.

Minha casa não tinha problema nenhum. A do Luís caiu um barranco atrás, mas a casa, tirando aquela terra, não tinha necessidade de ele ter mudado de lá. A dona Marilsa também. Do jeito que o muro que tavam falando que ia cair sobre a casa, do mesmo jeito ele tá lá até hoje. Não caiu nada. A da Inês rachou um pouco. Não tinha assim tanto perigo ...

Bem, a gente acha, né? Porque a gente que não entende do assunto, a gente fala: “ah! não tinha perigo” ... como não caiu até hoje. Então, a gente fala que não tinha perigo, mas às vezes, se eles falaram, é porque...

Eu achava que não ia ter perigo. Mas eles disseram que iam derrubar todas, que não ficaria nenhuma inteira ali. Eu fui a última a sair de lá, porque o Adauto ficou perguntando se eles não faziam um muro pra gente, porque não queria sair de lá... (Helena Silva Inácio – Três Moinhos.)

O risco ambiental, que aqui aparece exemplificado especificamente por deslizamentos de terra e enchentes, se apresentará, então, apenas como mais um elemento componente do cenário de dificuldades, privações e demandas imediatas, numa condição de pouca significância em relação a outros elementos presentes. Ele é visto como contornável e passível de convivência. Diante da experiência de privações, as conquistas (como a construção de suas casas, mesmo que precariamente) – raras e árduas – ganham relevância, delimitando as posturas de resistência adiante da avaliação técnica, por vezes pouco clara na perspectiva do morador, mas quase sempre decisiva nos rumos de sua vida.

A maior recordação que tenho foi a penitência pra gente construir a casa. Da gente subir e descer aquela escada carregando água, lajota, carregando o material, porque não tinha como deixar descer nem como o caminhão chegar mais perto. Então, foi com muita dificuldade mesmo que a gente construiu aquilo ali. Posso dizer que não tenho assim outras grandes recordações... Depois que colocaram a luz, né?, a gente podia ficar no terreiro batendo papo com os vizinhos, o que era até muito gostoso. É... Porque lá eu fiz com tanto sacrifício...

Eu saí num dia da minha casa e no outro eles derrubaram ela. Não deu pra aproveitar nada. Isso é que é triste, né? Você faz com tanto sacrifício e depois vê aquele monte de tijolos jogados no chão. (Inês Helena – Três Moinhos.)

Se o acionamento dos técnicos da Defesa Civil ocorre em grande parte em razão da expectativa de que eles possam atenuar o risco –, por outro lado, pode ocorrer confronto ante avaliações que levem a remoções definitivas ou com desdobramentos indesejados, o que justifica a opção de não-envolvimento, em alguns momentos, com o referido setor, mesmo em condições de ameaça e perigo.

Não raro, populações em áreas de risco, uma vez afetadas por desastres, como os relacionados às chuvas, deixam de reportar à Defesa Civil as pequenas tragédias particulares vivenciadas, assim como vêem com desconfiança e agem com resistência às estratégias de prevenção que são colocadas em operação, como a remoção das pessoas do lugar, o que é realizado geralmente, como deslocamento involuntário ... a associação do descaso cotidiano do poder público em relação a eles com a abordagem pontual dos serviços de emergência em épocas de chuvas, que buscam retirar as pessoas do lugar ameaçado, é passível de tomar a compreensão de que a emergência não se trata de um resqúicio de proteção social, mas de um esforço público de deslocar a vulnerabilidade em vez de resolvê-la. Portanto, trata-se de um tipo de violência. Como seria possível àqueles que são invisíveis a maior parte do tempo para o Estado e para a sociedade organizada aceitar que, ocorrendo o desastre (ou a sucessão de emergências ou a calamidade), tornaram-se, desde ali, objeto de preocupação para o outro? A desconfiança da população vitimada em relação aos seus “salvadores” justifica-se pelo histórico de abandono e silenciamento, muitas vezes violento, de suas demandas, inclusive as que mitigariam os riscos de desastres ...⁸ (Valencio et.al., 2003.)

8 Este aspecto será retomado posteriormente quando da observação da postura do poder público pelos entrevistados.

9 Não cabe aqui relatar com maior detalhe a trajetória de cada família envolvida nesta pesquisa, mas apresentaremos alguns indicadores sociais com o objetivo de facilitar a compreensão de seus contextos de vida e privações, buscando com isso dar mais sentido às narrativas aqui esboçadas. Entrevistados: A.C., 32 anos, doméstica, 1º grau incompleto, evangélica, residia com outros dez familiares na edificação condenada pela Defesa Civil (DC), no bairro Marumbi. Sua casa era constituída de placas de muro e materiais diversos e se situava em área totalmente carente de infra-estrutura, estava posicionada às margens de um córrego e tinha como fundos um talude de aproximadamente 5 m de altura. S.R., 35 anos, doméstica, 1º grau incompleto, 10 filhos, teve sua casa de padrão construtivo muito simples atingida por grande deslizamento de terra em dezembro de 2002 e foi removida juntamente com outras sete famílias de área tecnicamente condenada pela DC, no bairro Graminha. M.C.I.S., 44 anos, trabalhadora informal, analfabeta, foi removida (pela terceira vez) juntamente com outros 26 familiares (entre filhos, companheiro, netos, noras e genros) em razão de escorregamento de talude, no bairro Progresso. M.O., 39 anos, doméstica, quatro filhos, morava em edificação de baixo padrão construtivo nas margens da linha férrea, no bairro Poço Rico, em área de ocupação condenada por ameaça de deslizamento de talude. M.M.F., 64 anos, marceneiro aposentado, sete filhos, o único que permanece na área do bairro Ladeira, avaliada como de risco. Há 20 anos no local, é líder comunitário, participante da luta pela permanência da comunidade e infra-estruturação da área. I.H.S.I., 56 anos, aposentada, analfabeta, quatro filhos, foi removida do bairro Três Moinhos juntamente com outras 47 famílias em 2003, depois de grande deslizamento de terra que vitimou duas crianças. Mora com seu companheiro em bairro

Não é possível compreender a postura de segmentos sociais atingidos por decisões de remoção por risco se não se considerar as dinâmicas de vulnerabilização geradas por um poder desigual. Sobreviver é urgente, imediato. Colocada nesse plano, a sujeição a um possível “risco”, à noção de uma ameaça futura, é vista como algo secundário. O risco é reinterpretado pela iminência de um outro tipo de ameaça: a de expulsão.⁹

Os moradores contestam aquilo que lhes é apontado como viável em termos de “segurança”, alegando que essa segurança é possível desde que haja recursos financeiros para tal. Sugerem assim que, para muitos dos casos que são analisados como “de risco”, seria possível uma solução técnica de consolidação das áreas, sem que houvesse necessidade de remoção. Porém, como a questão é econômica, defrontam-se com o argumento da falta de recursos: a solução é delegada aos sujeitos, no plano individual. Em outros termos: nem sempre o problema é o risco biofísico de uma área, mas sim a ausência de diretrizes públicas de consolidação das áreas através de obras que permitam a permanência.

Eu fico alegre de estar fora do risco, porque eu tenho meus filhos. Mas triste, porque me pergunto: por que tiraram só nós? Será que nós somos melhor ou nós somos pior?... Ah! Deixa o pobre morar onde quer. Eu falei com o engenheiro: “por que vocês vão tirar nós daqui?”. O povo não tem direito de escolher onde quer morar, não? Vocês vão me dar uma casa no centro da cidade? Eu quero morar perto da cidade ... E ali dava, de coração, pra fazer uns prediozinhos, sem risco, sem nada. Todo mundo ali tá ciente disso. Eu não sou engenheiro, não, mas é só colocar uma fundação lá embaixo. Quer dizer, pros ricos não condena nada, o bolso fala alto, mas pros pobres. Condenado é o bolso dos pobres. (Márcia de Oliveira – Poço Rico.)

As estratégias dos moradores apóiam-se também na reinterpretação dos fatos e sinais do cotidiano. Há, em particular, um aprendizado acerca dos fenômenos naturais (a queda dos barrancos, a chegada das águas das enchentes). A leitura desses sinais se soma a noções de técnicas construtivas, conformando um conhecimento que norteia suas ações, conferindo-lhes segurança.

Não sei se era pequeno ou grande demais [o risco]. No tempo da chuva, a gente vivia um martírio, acho que já tinha um trauma. A gente dormia sempre mais pros fundos da casa, porque se o barranco começasse a cair, ele ia atingir primeiro uma parte da casa. Até chegar, sempre tinha janelas pros fundos que daria pra sair. Juntava todo mundo e dormia mais pros fundos ... Graças a Deus. Eu sou uma pessoa que sou assim: caiu um pouquinho, eu presto atenção. Caiu a segunda, caiu a terceira, é Deus que tá avisando, pode sair ...

É porque eu não durmo. Ali era assim: quando começava a chuva eu não dormia. Sempre ficava ligada porque eu tinha muito medo dos meus filhos morrer subterrados. Então, eu já fazia com eles assim: “vocês vão dormir tudo aqui perto da porta”. E já punha cama ali perto da porta. Porque o barranco, ele vem demolindo, ele faz tipo um barulho que você vê que ele vem descendo. Dá pra escutar, é que nem um bicho. É só quem nunca viu é que não sabe. Mas parece que a terra, ela é um bicho, um monstro. (Maria Camélia – Progresso.)

É forte a presença da religiosidade e muito se resolve na explicação mística: a falta de apoio, pessoal ou público, manifestando-se na forma de avisos, proteção, explicações e expectativas diversas. A religiosidade aparece tanto no que diz respeito à proteção com a qual afirmam poder contar, diante das instabilidades constantes, quanto ao que esperam para o futuro. Segundo Gomes & Pereira (1992, p.160), as camadas empobrecidas da po-

pulação engendram mecanismos que atendam não só às necessidades da vida material, mas também ao relacionamento com o sagrado: “o universo divino não se coloca paralelamente ao universo humano, mas penetra-o, investindo-o de possibilidades sobre-humanas” (Gomes e Pereira, 1992, p.160).

A religiosidade se apresenta em graus diferenciados, mas está sempre presente, obedecendo à dialética da vida, entendida como sucessão de ganhos e perdas, subordinação e dominação, inteireza e fragmentação.



Figura 2 – Bairro Marumbi, Juiz de Fora, janeiro de 2004. Fonte: DC/PJF.

Vou muito à igreja. Peço muito a Deus, porque se a gente não pedir a Deus, nada feito. Com ele já é difícil, sem ele, então, é pior. Aí a gente tem que pedir muito a Deus pra ter misericórdia da gente ...

Eu sei que Deus vai me ajudar a arrumar um lugarzinho. Eu não tô escolhendo lugar, não, aonde eles mandar nós vamos com Deus, nós agradece a Deus. Porque ninguém vai dar a nós um lote bom, numa baixada ou no centro. Não espera isso, não, é sempre mais afastado mesmo. (Siléia Assis de Jesus – Ponte Preta.)

O que poderia ser apontado como passividade, pode ser lido como parte de um sistema de “trocas simbólicas” com a divindade. Essas estratégias de resistência, apoiadas, em parte, no “caráter divino” atribuído aos fatos, sustentam-se também na insistência em se permanecer ou retornar e reconstruir no local do acidente, mostrando a importância do “lugar seu” em relação à despossessão vivenciada.

... parece que nós tem o umbigo agarrado aqui ... a gente não gostava do outro bairro, aí voltamos pra essa casa! (Maria Camélia – Progresso).

Eu não vendo isso aqui de jeito nenhum, pode me dar a fortuna que der. Porque nós, se chegar aqui e falar: “você quer uma mansão lá em Benfica?”. Pode falar comigo, dona Gilda, qualquer um filho, ninguém quer sair daqui. Nosso lugarzinho é aqui. Daqui eu quero sair só lá pro Municipal [Cemitério], onde eu já tenho um lugarzinho. (Matias Machado Faria – Ladeira.)

vizinho. S.A.J., 60 anos, analfabeta, pensionista, tem seis filhas e foi removida de casa de padrão construtivo simples, sem infra-estrutura, no bairro Ponte Preta, às margens do rio Paraibuna – local sujeito a enchentes. M.T.D., 42 anos, analfabeta, desempregada, nove filhos, residia em área de ocupação sem nenhuma infra-estrutura, em dois cômodos improvisados que foram atingidos por deslizamento de terra com as chuvas do verão de 2004, no bairro Granjas Bethânia. Exceto o senhor M., todos os outros permanecem como beneficiários do Pase – Programa de Atenção a Situações Emergenciais, coordenado pela Prefeitura de Juiz de Fora, que compreende o pagamento de aluguel mensal para as famílias removidas.

A identidade implica partilha de um contexto determinado. É vivendo na interseção de instâncias diversas como a família, o trabalho, a vizinhança, a Igreja, as associações de bairro e as instituições sociais e assistenciais, que constroem seu lugar na sociedade com as reciprocidades daí decorrentes. O relato abaixo aponta para uma vinculação criada e fortalecida com base nos ativos sociais presentes na experiência da família e da comunidade.

Eu te falo: minha riqueza era lá. Porque eram pessoas que te tratavam com certo carinho. Todo mundo que ia te ajudar... ali iam pessoas à noite pra dar o lanche para as crianças. Saía aquela criança gritando “êêê”. Natal nunca foi esquecido ali, Dia das Crianças, Páscoa, tudo você tinha ali. Era pouquinho, mas cada um chegava com um pouco. Tinha pessoas da Universidade que ia fazer o trabalho. Cada um saía um pouco e arrecadava agasalhos, sapatos e levava lá. Mesma coisa era a Casa do Caminho, a Igreja... Era bom, não que você queira viver eternamente de ajuda, mas hoje você tá empregado, e amanhã? Ali é um lugar que pra mim é riqueza. É onde você tá passando uma certa dificuldade e acha uma mão estendida pra você, é a melhor forma de você dar carinho ao próximo, é estender a mão pra ele. (Márcia de Oliveira – Poço Rico.)

Pode-se identificar a presença de elementos do meio rural nos modos de vida: a questão do espaço (da casa e do terreno) apresenta-se como um valor para a escolha do local de moradia: as práticas de plantar, trabalhar na terra, criar animais, cozinhar no fogão à lenha, possuir quintal (espaço do encontro com os vizinhos e do lazer das crianças).

Foi onde ele quis vir pra cá, porque tem lugar pelo menos pra ele mexer com terra de vez em quando ... é porque a mãe da gente sempre plantou, então a gente continua a mesma coisa. E é bom ter uma verdura no quintal, poder colher, não precisar comprar. (Inês Helena – Três Moinhos).

Até hoje nós tamo esperando pra ver pra onde eles vão levar nós. Pode até ser assim no morro, mas eu quero um quintal, um pedacinho pra eu poder plantar alguma coisa ... Olha, de verdura eu não comprava nada quando morava lá. Tinha tomate plantado. Eu mesma comprava semente, semeava e cuidava da minha horta. A gente sente falta ...

O prazer de ter a minha casinha com terreirinho pra plantar uma couve... Eu me senti muito feliz quando consegui isso lá [na área de inundação]. Eu saí do pesadelo do aluguel. A preocupação de pagar, dever e ter aquela responsabilidade. Pra mim foi um alívio porque eu já estava dentro do que era meu. Só Deus pra me tirar dali. (Siléia Assis – Ponte Preta.)

Dona Maria Camélia relata as diversas experiências de retorno para o mesmo local de onde teve que sair três vezes em razão de deslizamentos de terra, da destruição de suas casas e da reconstituição delas, assim como as iniciativas para conter o “risco”. Uma prática cuja legitimidade é associada à inconsistência das iniciativas do poder público.

Encontramos muito barro. Limpamos tudo e fizemos de pau-a-pique. Essa foi a segunda casa. Depois ficamos desabrigados de novo, novamente porque desceu barranco. Daí, não tivemos ajuda, só da Escola de Samba. Ficamos lá e depois tivemos que caçar suas casas ... Parece que nós tem o umbigo agarrado aqui ... voltamos pra essa casa, naquele mesmo lugar. E se eu pudesse, hoje eu voltava de novo. (Maria Camélia – Progresso.)

O apego ao lugar aparece por vezes associado aos laços mais gerais criados ao longo da trajetória de vida: à vizinhança, às práticas cotidianas, hábitos e valores. Em outros casos, em que a sociabilidade se mostra mais frágil, o apego estará diretamente associado a conquistas mais específicas como a construção da casa própria, marcada pelos sacrifícios constantes e por uma luta para atingir o mínimo necessário. De maneira geral, a relação com a visão técnica do risco se mostrará pouco significativa: ele aparecerá na razão inversa da identificação do local como “lugar” – noção que fortalecerá a luta pela permanência e a contestação da versão técnica.

No processo de construção social do risco, o ambiental situa-se no âmbito do risco social, ou, como já enunciamos, no contexto das desigualdades ambientais, em que o conjunto de privações experimentadas, a consciência do constrangimento de buscar áreas mais instáveis ou degradadas como única alternativa, a possibilidade de despejo, “desmoralização” e “humilhação” para os que não conseguem pagar aluguel levam à relativização do risco físico.

O que a gente viveu foi assim de muita dificuldade. Dificuldade financeira, assim, de não ter o que comer, de não ter o que vestir direito, sabe? É isso o que eu lembro. Sempre foi assim ... Mas aquela casa que a gente ficou, ela caiu. Inclusive, ela ia cair em cima da Aline [risos] ... mas aí eu peguei ela antes. Assim que tirei ela, a casa caiu. Nós ficamos só com a parte da cozinha. Essa foi a primeira casa pra onde fomos, era grande mesmo, era a maior que tinha lá no beco. Caiu, nós fomos pra casa de uma vizinha por um dia, e depois voltamos pra viver nela mesmo. Teve uma época que colocamos um plástico que a DC deu e nós ficamos debaixo do plástico. Nessa época caiu um caminhão ali, eu fiquei preocupada com o motorista, quase que eu caí também lá embaixo. Nós já caímos muito [risos]. Eu já caí lá, meu neto quando era pequenininho também já caiu. (Nádia – mãe de Aline.)

Em todos os relatos, a experiência do aluguel antecede a ocupação das áreas de risco. Pressionados pela ausência de recursos para custear as despesas do aluguel, a decisão por “invadir os locais disponíveis para os pobres” – expressão utilizada pelos próprios entrevistados – torna-se, na escala de privações, um posicionamento legítimo. O risco torna-se pouco significativo diante da ameaça de “desabrigo”. A “oportunidade” de morar explica, em grande parte, o fato de as pessoas estarem em locais instáveis e precários. Essa “reelaboração do risco” aparece ancorada na necessidade de segurança da posse e dos ativos sociais. Turner, ao debater sobre novas formas de se avaliar o déficit habitacional, aponta os aspectos que julga essenciais no que diz respeito às funções da moradia:

Postulo tres funciones esenciales que todo alojamiento debe satisfacer con objeto de lograr una realidad externa: refugio, seguridad y localización. Una casa no es una casa si no proporciona un mínimo de protección contra el clima insoportable y las personas insoportables; si el refugio, por muy excelente que sea la protección que suministre, no puede ser ocupado con una razonable garantía de posesión será de poca o ninguna utilidad; y si la casa no proporciona un acceso a un medio ambiente adecuado; si los ocupantes no tienen acceso a los trabajos, mercados, escuelas y servicios que precisan sus vidas, o si no se encuentran en la comunidad a que pertenecen, la casa no tendrá ningún valor práctico en ninguno de los casos. (1971, p.140.)

A segurança que preocupa os mais pobres está ligada em particular à localização da moradia com relação às fontes de subsistência e à redução de gastos, incluindo o pagamento do aluguel, livrando-os do pesadelo do despejo e da humilhação. Sair da condição

de risco através da remoção para locais com infra-estrutura porém alugados, seguindo proposta do poder público, não configura a situação de segurança almejada. Fica mantida a expectativa da casa própria, da “condição de proprietário”, a condição que os livre da ameaça da expulsão.



Figura 3 – Graminha, Juiz de Fora, dezembro de 2002. Fonte: DDC/PJF.

O que espero? Construir a minha casa, e que seja a casa do meu sonho, com um belo de um sofá, com uma bela de uma estante, uma TV de 20 polegadas na minha sala ... eu tenho fé no Deus maravilhoso que nós temos... que eu ainda vou construir minha casa. Antes de eu morrer, a minha casa vai estar de pé, nem que eu faça hoje, desfrute dela só amanhã, e depois, se Deus quiser me levar, não tem problema. Mas que eu vou conseguir construir a minha casa eu vou. O último sonho que eu tenho: eu vou construir a minha casa, do jeito que eu sonhei e não podia. (Simone Rodrigues – Graminha.)

A ocupação dos locais restantes, possíveis, abandonados, se dá, por vezes, intermediada por atores que, mesmo sem possuir a propriedade dos terrenos – do ponto de vista jurídico formal – se propõem a comercializá-los, estipulando valores e condições. Para quem paga, resta a expectativa de aquisição de um comprovante (documento) referente à transação comercial e à propriedade, mesmo que haja por parte do adquirente ciência acerca da “condição ilegal” e informal do negócio realizado.

Os seguintes relatos, respectivamente, de Siléia Assis (Ponte Preta), Maria Camélia (Progresso) e Márcia de Oliveira (Poço Rico) elucidam bem essa situação:

Um rapaz falou comigo: um moço tá vendendo e se a senhora quiser comprar, ele faz as prestações pra senhora. Eu falei: “dependendo das prestações, porque eu não tenho condições de pagar à vista mesmo”. Ele disse: “ele faz um precinho mais ou menos, de uns 50 reais por mês”. Assim eu fiz. Mas pra eu pagar esses 50 reais, eu tenho que fazer o barraco e entrar e ir pagando. Deixar o aluguel... Aí eu peguei e fui pra lá. Dei a ele 50 reais e fiz o barracinho de lona e eu entrei pra dentro.

Documento da casa? Tinha o papel de compra e venda, registrada em firma, mas não em cartório. Porque nesse caso não pode. Não foi cartório, porque lá é da Prefeitura, não é lote comprado. Nós compramos o quê? A casa, o terreno não.

Lá era tudo só na base do recibo. Meu pai comprou, na época, por 1.200 ou 1.400 reais. Inclusive a pessoa que passou mora lá. É invasor vendendo terra, aquela burocracia, né? Mas eu mesma nunca cheguei a vender não. Mas isso nunca gerou nenhum tipo de problema pra gente não: todo mundo compra, vende, sai e volta. Vai pra outro lugar, vende aqui e vê que tá passando qualquer aperto e volta de novo.

O sentido de “oportunidade” que um local de risco adquire está diretamente associado às impossibilidades de acesso à moradia, experimentadas por parcelas populacionais urbanas que são levadas para as áreas que não interessam ao mercado. E os sujeitos que se vêem à margem do mercado serão postos na condição de assistidos. Em alguns casos, essa condição é denunciada devido ao tratamento que lhes é conferido pelas políticas sociais.

Eu nunca fiquei à toa. Depois que aconteceu isso tudo [a remoção] eu entrei em depressão. Porque eu, desempregada, minha cunhada, desempregada. Mas da parte da Prefeitura de Juiz de Fora nós não tivemos ajuda nenhuma... de alimentação. Ao contrário: quando eu fui lá pra pedir, eles disseram que tinha que ir pra fila, que tinha senha. E quando você chega lá às 6 da manhã já acabou, já tá lotado. A gente come por necessidade. Quando eu estava no Poço Rico e fui pedir ajuda e eles mandaram um assistente social lá, um homem. A minha casa era limpinha. O homem chegou e disse: “que limpeza que é sua casa!”. Era de chão, mas você podia soprar que não levantava poeira. Eu gostava de arrumar. Tinha uns caixotes que eu botava assim na parede, enfeitava, arrumava minha cama direitinho. Minha casa tinha dois cômodos quando meu pai me deu.

O assistente social me disse que eu era muito caprichosa e eu respondi todos os requisitos que ele me perguntou. Mas ele não voltou mais. E eu fui lá e a moça me disse que eu não tinha passado na pesquisa de carência da AMAC [Associação Municipal de Apoio Comunitário] pra você ser encaixada. Eu falei: “meu Deus, o que é preciso pra você passar nessa carência que eles falam então?”. (Márcia de Oliveira – Poço Rico.)

Para além das políticas assistenciais, a existência de redes de sociabilidade interferirá na “escolha” do local de moradia. No bairro popular, práticas de ajuda mútua são determinantes na estabilização local das famílias.

eu não podia mais pagar aluguel. No começo eu fiz lá de lona. Um vizinho me cedeu água, o outro, a luz, até quando eu tive condição de trabalhar, fazer uns biscates, aí coloquei luz por minha conta, água por minha conta, mas com a ajuda dessa minha tia e da vizinha. Depois disso, durante uns 10, 12 anos, eu vivi ali nesse local.

Eu fui, cerquei em volta de madeira e o telhado eu fiz de lona. Teve dois colegas meus que minha tia pagou, eles cortaram bambu, colocaram por cima e fizeram tipo uma barraca. Deu pra tirar a terra mais pra frente e aproveitar um comodozinho que já tinha lá e usei como banheiro. Era até chiqueiro, não era nem cômodo de gente morar. Eu coloquei o vaso no lugar que dava pra fazer banheiro. Quando eu comecei a trabalhar, eu comprei lajota, um pouco de material e fiz mais dois cômodos, que eu dividi e fiz cozinha, banheiro, sala e quarto. Até o acidente eu tinha esses cômodos. (Simone Rodrigues – Graminha.)

No entanto, nem sempre essas redes de apoio têm características de acolhimento e amizade. Sawaia (apud Yazbek, 1996, p.128) observa que, muitas vezes, o que se tem na

favela é a “unidade na miséria e não a solidariedade entre iguais”, uma vez que, mesmo vivendo próximas e se conhecendo, as pessoas nem sempre se estimam e muitas vezes se temem, evidenciando a “desconfiança” dos vizinhos em bairros onde a sociabilidade básica não esteja previamente construída.



Figura 4 – Ocupação dos “Sem-Terra” em Granjas Bethânia, Juiz de Fora, 2003. Fonte: DDC/PJF.

O relato de Maria Tavares Davi acrescenta o sentido de uma luta “solitária”, retratada pelo distanciamento total da família, pela ausência de um parceiro com quem compartilhasse a criação dos filhos, pela sociabilidade fragilizada e a dependência constante da assistência social, que é esporádica e incerta, conformando abatimento, desânimo e sentimento de desprestígio.

Minha família é do Paraná. Tenho um filho que mora lá com meus pais. Tem quase vinte anos que não vejo ninguém. Entra ano e sai ano e a gente nunca tem dinheiro pra poder ir lá. Aqui eu tô praticamente sozinha, só com meus filhos. Eles não vêm aqui pra me ver, eles que têm mais condições do que eu, eu também não vou ver eles ...

A Prefeitura paga esse salário de R\$ 180, e eu pago R\$ 150 de aluguel, e o resto que fica eu pago água e luz. E eu recebo uma bolsa escola! Mas mesmo assim, pra sustentar cinco filhos, comigo seis, não dá. É difícil, eu não trabalho, não tenho ganho nenhum ... Desde que meus filhos nasceram, é só junto comigo, eles não me largam pra nada. Eu preciso de uma cesta básica, eu corro atrás ... A gente fica mais quieto no canto da gente, né? Porque se começar, é muita conversinha, muita gente pra tomar conta da vida da gente, então a gente tem que ficar mais... porque ajudar ninguém ajuda não! Vir aqui perguntar se a gente tá precisando de 1 kg de feijão ninguém vem não. Mas tomar conta da vida da gente tá em primeiro lugar. Mas isso não é só aqui, né?

Quanto à postura do poder público (“a Prefeitura”), no que diz respeito às áreas ocupadas, observa-se uma “cultura” segundo a qual sua omissão é compreendida como permissão/benefício. A ocupação de áreas restantes, pobres, sem infra-estrutura é vista como aquilo que é destinado e permitido ao pobre – uma tolerância que tem como fundamento o clientelismo: favor em troca de apoio político.

Porque minha tia me viu dormindo na varanda de uma casa com a barriga grande, já enorme, quase perto de ganhar a criança, aí ela e a amiga dela foram nesse vereador, conversou com ele e ele falou que não teria problema de eu construir ali pra mim [em terreno da prefeitura] ... Nunca tive problema com a prefeitura, ao contrário, consegui colocar água no meu nome, luz. Em termos da prefeitura me perturbar, isso eu não posso falar ... (Simone Rodrigues – Graminha.)

Esse lote era da prefeitura, tipo assim invasão, porque as pessoas invadem ... a prefeitura não ligou muito porque era perto de córrego e tudo, então ela não ligou ... É terra pública, só que a prefeitura não dá atenção nenhuma pra aquele lugar não ... esse local já era de risco já, não servia pra nada. Vivemos ali no total 20 anos ... Lá tinha barranco atrás e córrego na frente, sem contar os esgotos dos vizinhos de cima que descia e então passava na porta da casa da gente. (Aline Cordeiro – Marumbi.)

Por outro lado, há uma desconfiança com relação às ações do Estado, nem sempre claras e efetivas, e à insuficiência de suas intervenções, paliativas, precárias, inacabadas. De intervenções que são pontuais tem-se a viabilização de pequenas obras, sempre inacabadas – vias de acesso (como “escadões”), muros de arrimo –, iniciativas isoladas de cadastramento das famílias, com vistas à regularização da posse, nunca efetivada, de remoção para áreas ditas mais seguras, porém sempre mais distantes e isoladas. A possibilidade de viverem a transferência para locais isolados, distantes dos ativos sociais que favorecem suas subsistências, é fator determinante em seus posicionamentos e marca de sua resistência.

Quando eu vi, chegou lá o pessoal da AMAC fazendo inscrição pra tirar, isso antes da enchente... Foi passando o ano, mais ano e não tirou ninguém. Até que veio essa tragédia da água pra acabar com tudo. (Siléia Assis – Ponte Preta.)

A metade dessa área onde o pessoal foi desalojado é da prefeitura. O pessoal passou, acho que é funcionário da Emcasa [Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora] mesmo, da prefeitura, passou pegando os dados da gente. Disseram que, como a gente já tinha muito tempo ali, que eles iam liberar pra gente um documento comprovando que a gente já era morador dali de muito tempo. Nós tinha as contas de luz que falava, que provava o tempo. Mas até o dia que houve o desabamento eles não tinham dado documento nenhum pra gente. Eles falaram que, por eu ter 11 anos ali, por lei eu já tinha direito à usucapião, mas aí até a data do desabamento eles não deram documento nenhum não. (Simone Rodrigues – Graminha.)

Os elementos acima apontados justificam a desconfiança da população, e a saída dos locais condenados tecnicamente simboliza o “risco” de ficarem sem qualquer apoio, uma vez que o Estado constantemente falha em seus compromissos. Contamos com a reflexão de Cardoso (2005, p.13) que, utilizando-se de Hirschman (1996), afirma que a forma de lidar com uma situação de precariedade e de ameaça poderia ser a “saída” ou a “voz”, alternativas colocadas para as camadas de maior renda e instrução, mas não para as camadas populares, já que os custos neste caso (da busca de um local mais seguro ou do protesto junto ao poder público) tendem a ser elevados e com baixa expectativa de retorno positivo. Assim, busca-se alternativas individualizadas de minimização dos danos, com permanência nos mesmos lugares. Os custos associados à “voz” mostram-se também ele-

vados, uma vez que o Estado se faz pouco permeável às demandas populares, adotando de modo mais conveniente e imediatista as tradicionais práticas clientelistas, que são pontuais e nunca significativas a ponto de promover mudanças substanciais na qualidade de vida da população.

Como exceção nesse contexto, o relato de Matias Machado Faria expõe a experiência de vinte anos de luta da pequena comunidade do Ladeira, que se organizou inicialmente para enfrentar a possível expulsão de uma área pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A. (denominada “Leito da Leopoldina”), localizada no entorno do Centro da cidade, primeira e única do município de Juiz de Fora a ser decretada, em 1997, como “área de risco” pela prefeitura.

minha irmã, que mora aqui em Juiz de Fora, ela conheceu essa Margem da Leopoldina e comprou um pedaço do morador que morava aqui, o senhor Alípio. Esse senhor tinha um documento da RFFSA que autorizava ele a morar pra tomar conta da área, só que ele inverteu o negócio, ele fez um negócio que não podia, que era vender a área.

Ele começou a passar pra terceiros, minha irmã comprou quatro pedacinhos dele e começou a construir. A minha dona, dona Gilda veio e viu, gostou disso aqui e aí a gente veio pra essa luta. Só que não tinha água, nem luz, nem caminho. Nós tivemos que abrir caminho no poder da enxada, buscava água lá onde era o corpo de bombeiro, no Vitorino Braga.

Nós sobrevivia porque eu trabalhava de carpinteiro. Os filhos, todos eles, catava papel com o carrinho. Essa dona Gilda saía 5 horas da manhã, debaixo de chuva ou sol, pra catar papel. A gente sofreu muito aqui: era a polícia em cima que vinha pra tirar, desmanchar barraco. Vinha a RFFSA pra desmanchar barraco, vinha o atual prefeito [na época radialista] num carrinho velho. Daí a polícia corria dele, vinha a Globo e a polícia corria. Foi uma luta! Até que ele [o prefeito] participou com nós na luta, ele conhece isso aqui até hoje. Isso tem uns 22 anos. Aí, a gente tava lutando. No primeiro ano que o B. candidatou direto pra prefeito e ganhou, então, nós achamos, quando ele ganhou... já tinha várias casas aqui com a ajuda dele e da Globo. Já tinha várias casas e a vidinha nossa já tava mais ou menos. Eu já tava num barraquinho, metade de tijolo, metade de lata... já foi melhorando, eu trabalhava de carpinteiro, parava às três horas, eu catava papel e os filhos tudo catava papel também. Tinha dia de arrumar 200 kg de papelão e aí nossa vidinha começou a melhorar. (Matias Machado Faria – Ladeira.)

Nesse caso, uma forma de resistência articulada deu-se num cenário com múltiplos atores: a Comissão de Moradores do Leito da Leopoldina, a imprensa, as forças policiais, o poder público, os políticos locais e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Juiz de Fora (CDDH), Ong que assessorou a comunidade durante o processo de luta pelo direito de permanência no local. O fato ganhou tal visibilidade ao longo dos anos que outros interesses em torno da área (do mercado e do próprio poder público) foram ofuscados e a permanência das famílias no local parece dificilmente reversível, reconhecida que é pelo poder público através de obras já realizadas e do planejamento de investimentos em infra-estrutura e segurança para o local. O recurso da “voz” teve seu lugar.

O CDDH foi uma porta que abriu e nós começamos a luta. E nós não ficamos nem sabendo se queriam tirar nós daqui ou se ia melhorar, mas melhorar não era, porque o prefeito ficou os quatro anos e, pra nós conversar com ele, nós tivemos que fazer uma passeata com umas 600 pessoas. Saímos daqui e reunimos umas 600 pessoas com faixa, cartaz, batemos

lata, assoviamos. Então, nesse dia fizemos uma manifestação pública lá e ele recebeu três do CDDH e três da Comissão. Porque nós formamos uma comissão de moradores. Aí ele marcou uma reunião, marcou o dia e a gente foi, conversamos com ele, fizemos nossas propostas, ele ficou de resolver alguns problemas ... Era a luta pra nós permanecer aqui, porque era da RFFSA. E tinha várias companhias querendo comprar essa parte da rede ...

Fizeram uma avaliação da área [Defesa Civil, prefeitura, Universidade] ... bem, mas antes o pessoal foi retirado pro aluguel, pro Abrigo ... A idéia era tirar nós todos, da rua de cima e de baixo também. Na época tiraram 72 famílias, pro aluguel e pro Abrigo. Era pra ver o que iam fazer. Nós fizemos mais união com o CDDH. Fizeram um levantamento e uma proposta pra nós: tiravam as casas de baixo todinhas. Aí já estavam a prefeitura, a AMAC também na jogada. Disseram o seguinte: vamos pagar o aluguel por três meses e vocês tornam a voltar pro mesmo lugar. Pronto, nós fomos pro aluguel. Daí começaram a mexer, fizeram a contenção. (Matias Machado Faria – Ladeira.)

Quanto à ação pública, se, por um lado, o pagamento do “Auxílio-Social” destinado aos removidos de áreas condenadas gerou segurança e conforto para seus beneficiários¹⁰ – e isso se evidencia em relatos já registrados anteriormente –, por outro, e de maneira mais contundente, prevalece o receio permanente da interrupção do pagamento do benefício e a forte expectativa de viabilização da casa própria. Apesar de destacarem que o recurso vem sendo pago assiduamente pela prefeitura, os entrevistados se mostram atentos a quaisquer informações, mesmo que não-oficiais, sobre a construção de suas casas, evidenciando o receio do abandono e a pressão exercida pela figura do aluguel.

10 Porque, por mais remotas que as aspirações pudessem parecer, se apresentaram mais concretas, na visão dos removidos, com os recursos disponibilizados pelo poder público, delimitando uma outra qualidade para suas vidas.

Eu espero que se eles for dar realmente a casa pra gente... porque dizem que não vai ser muito caro pra gente pagar não. Eu espero ter uma casinha minha mesmo, né? Porque esse negócio da prefeitura, tem hora que a gente fica encucado com isso, preocupada... medo de eles não pagar o dinheiro do aluguel ... Tá vindo direitinho o dinheiro. Mas a gente fica preocupado. A gente dorme com o aluguel, pensando... A gente que é sozinha, que é o homem e a mulher de casa, a gente pensa muita coisa. Fica muito preocupada com água, luz, com tudo. (Maria Tavares Davi – Granjas Bethânia.)

O aluguel, você dorme com ele na cama, né? Você deita e quando acorda já tá na hora de pagar de novo ... (Inês Helena – Três Moinhos.)

A experiência de administração do recurso recebido mostra os expedientes de sobrevivência já apreendidos: um esforço para que seja utilizado de modo que possa também suprir as despesas com água, luz e gás – despesas, na maior parte dos casos, inexistentes nas situações anteriores, em que o fogão à lenha representava a economia do gás e a luz e a água eram cedidas ou substituídas pelas velas, lampiões, lanternas ou minas e poços d'água. Os contratos de aluguel são, quase sempre, semestrais, permitindo a busca constante pelo menor valor, flexibilizando assim a utilização do benefício. São observadas alterações de endereço, de números telefônicos e de rotinas, apontando para uma dinâmica de vida que sofre constantes modificações: uma mobilidade social ora ascendente, com a inserção em atividades esporádicas de trabalho, que modificam seus ritmos cotidianos e suas rendas, ora descendente, com o enfrentamento de doenças graves em família, a ausência inesperada de personagens familiares por condenação na Justiça –, flutuações que sinalizam a freqüente necessidade de adaptação a novas situações.

O depoimento de Matias Machado Faria, do bairro Ladeira, reúne de forma sintética elementos de denúncia, reflexão e resistência, cunhados na trajetória das famílias e das comunidades.

Por que que nós sobrevive, eu e minha família e os nossos morador sobrevive? Porque só paga água e luz, não paga mais nada ... Os nossos governantes ... como é que esses homens não pensam que 300 reais não dá pra uma família comer... não dá pra um comer! ... Esses nossos governantes, eu não sei o que vai acontecer... Esse Brasil! ... Isso vai dar uma guerra civil igual já tá dando no lugar lá onde o pessoal pobre tá botando fogo em carro e queimando tudo. No Brasil isso também não vai demorar a acontecer não! ... Nós tamo chegando no fim dos tempos. Eu lido e conheço o pobre, porque o cidadão que já nasce em berço de ouro, ele não conhece o lado do pobre. Eu conheço. Porque eu já lutei muito, trabalhei muito e luto até hoje com a classe pequena, com a classe pobre. Eu não quero ficar rico nunca na minha vida, porque eu vou perder minha liberdade, vem seqüestrador seqüestrar meu filho... eu não vou poder andar igual eu ando, mas as coisas é difícil... esse Brasil... tão cortando nossos matos tudo, tá secando tudo. Mas nós aqui tamo pelejando.

CONCLUSÃO

Observamos aqui, através da trajetória de famílias removidas pelo poder público de áreas urbanas condenadas por avaliações técnicas no município de Juiz de Fora, como é construída socialmente a noção de risco. As evidências não conduzem a uma negação ou minimização do risco configurado em sua versão técnica – como se poderia num primeiro momento presumir –, mas sim à pertinência de se considerar a reinterpretação e reelaboração do risco por parte da população. Tal reelaboração se manifesta através de estratégias discursivas e práticas sociais específicas que apontam para a permanência no lugar – com a garantia da posse e dos ativos sociais previamente construídos – em resistência à noção técnica de risco, que justifica a remoção do lugar.

Observou-se, assim, a presença de um conhecimento acumulado pela população ao longo de suas trajetórias: representações e práticas comuns a esses grupos sociais configuram um *habitus* (Bourdieu, 2005) como sistema de predisposições que leva os indivíduos a representações e práticas socialmente compartilhadas.

As estratégias de resistência, além de se apoiarem em fatores como a religiosidade, ancoram-se também na noção de um lugar identitário que agrega aspectos subjetivos, extrapolando o espaço físico. O apego ao lugar aparece associado aos laços mais gerais criados ao longo das trajetórias de vida, situando a “moradia de risco” em plano secundário frente a outros perigos sociais. Ante as dinâmicas de vulnerabilização decorrentes do desigual poder entre os atores sociais na cidade, os moradores de áreas vulneráveis efetuam uma reelaboração moral da noção de risco, associando tal experiência a uma “oportunidade” de moradia em contexto de despossessão e de dificuldade de acesso a recursos públicos.

Maria Auxiliadora Ramos Vargas é assistente social, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Ippur/UFRJ.
E-mail: doravargas@uol.com.br

Artigo recebido em janeiro de 2006 e aprovado para publicação em março de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV. História oral e história de vida. Rio de Janeiro, *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v.27, n.1, 1984.

- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: _____. (Coord.). *A miséria do mundo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.159-66.
- _____. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, P. *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Brasiliense, 1997. p.13-33.
- CARDOSO, A. L. A construção social do risco ambiental em uma favela do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ, 2005. (Mimeo.)
- _____. A utopia em construção: modernidade, ecologia e urbanização. In: PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. (Orgs.) *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. p.111-20.
- _____. *Balço da política municipal de habitação 2001-2003*. São Paulo: Instituto Polis/PUC-SP, 2004. 4p. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 21).
- _____. Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses. *Cadernos Ippur*, ano XVII, n.1, p.35-50, jan./jul., 2003.
- CASTIEL, L. D. Lidando com o risco na era midiática. In: MINAYO, M.C. de S.; MIRANDA, A. C. DE (Orgs.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p.113-33.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. Trad. Mônica S. L. Barros & Zilda Pinto Zakia. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p.1-14.
- GOMES, N. P. M.; PEREIRA, E. de A.P. *Mundo encaixado: significação da cultura popular*. Belo Horizonte/Juiz de Fora: Mazza/UFJF, 1992.
- GRIZENDI, L. T. *Condições de moradia e risco: representações sociais de técnicos e moradores da periferia de Juiz de Fora*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- GUIVANT, J. S. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, S. C.; PORTO, M. F. de; FREITAS, C. M. *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EdUFF, 2000. p.281-99.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- JAMUR, M. Representações da pobreza na imprensa carioca. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, 1994.
- LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. O conceito de risco: Janus reinventado. In: MINAYO, M. C. DE S.; MIRANDA, A. C. DE (Orgs.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p.69-111.
- MARICATO, E. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p.215-32. (Coleção Pensamento Petista.)
- MINAYO, M. C. DE S.; MIRANDA, A. C. DE (Orgs.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento/Secretaria Especial de Políticas Regionais/Departamento de Defesa Civil, 1996.

TORRES, H. DA G. *Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo*. Campinas, 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas.

_____. A demografia do risco ambiental. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.) *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Editora Senac, 1999. p.53-73.

TURNER, J. C. Una nueva visión del déficit de vivienda. In: LEWIS, D. *El crecimiento de las ciudades*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1971. p.140-51.

VARGAS, M. A. R. Defesa Civil: um olhar crítico. Juiz de Fora, *Libertas*, v.2, n.1, p.79-98, jan./jun. 2002.

VALENCIO, N. F. L. DA S.; CAMPOS, P. F. C.; TRIVELIN, L. M. Gestão de desastres no Brasil: considerações sociais acerca das políticas de emergência ante os perigos hidrometeorológicos. In: VALENCIO, N.F.L. da S.; MARTINS, R.C. (Orgs.) *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: RiMa, 2003. v.2, p.223-38.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

A B S T R A C T *The social problem of risk is increasingly relevant to contemporary debates, especially on public policies and urban affairs. In general, most of the initiatives come from an objectivist perspective of risks, based on quantification and mensuration of phenomena. From this technical approach emerges a dominant conception of risk, which spreads out the reckoning that precarious situation involving specific urban poverty groups are due to 'irrational consumption options'; influenced by this point of view, social intervention comes out disqualifying those groups practices and interfering deeply in their lives. Discussing this argument, recent sociological literature presents the social construction of risk, structured on the idea that the notion of 'risk' is socially constructed by differentiated groups, that bring upon different symbolic references, social representations and material practices. Using as empiric reference the trajectories of families removed from their home places – characterized by municipality engineering as 'technically condemned' – in Juiz de Fora, Minas Gerais, this article stresses the discursive elements and material practices that express the resistance of the removed people to the dominant technical conception of risk.*

K E Y W O R D S *Social construction of risk; environmental inequality; urban periphery.*